

opusdei.org

# **Perguntas e respostas sobre o processo de adequação dos Estatutos do Opus Dei**

Disponibilizamos algumas perguntas e respostas sobre o processo de adaptação dos Estatutos solicitado pelo Papa Francisco. Atualizado em 11 de junho de 2025.

12/06/2025

# Perguntas e respostas sobre o processo de adequação dos Estatutos do Opus Dei

- Porque solicitou a Santa Sé uma adequação dos Estatutos?
- Quem tem competência para modificar os Estatutos do Opus Dei?
- Qual é o papel do Congresso geral ordinário que teve lugar no final de abril de 2025 relativamente aos Estatutos?
- Que processo foi seguido para a adequação dos Estatutos e quais serão os próximos passos?
- Será dada alguma informação sobre os Estatutos proximamente?
- Que importância tem o aspeto jurídico na vitalidade da instituição?
- Alguns observadores interpretaram a nova normativa sobre as prelaturas

peçoais sob o prisma da  
redução de influência. Que há  
de verdade nisso?

- Nas últimas semanas  
circularam alguns rumores  
sobre um suposto ultimato e  
uma carta do Papa Leão XIV.  
Que há de verdade nisso?
- Como poderão as eventuais  
modificações dos Estatutos  
afetar a vida quotidiana dos  
membros da Obra?
- Outras perguntas e respostas

.....

## **Porque solicitou a Santa Sé uma adequação dos Estatutos?**

A revisão dos Estatutos do Opus Dei enquadra-se numa reforma mais ampla da cúria vaticana. Em 2022, o Papa Francisco promulgou a constituição apostólica *Praedicate*

*Evangelium*, que reformou a Cúria Romana e sublinhou o seu serviço evangelizador. No âmbito desta reforma, reorganizou-se o papel de alguns dicastérios; entre outras alterações, o Dicastério para o Clero passou a ser responsável pelas prelaturas pessoais. Poucos meses depois, o Papa Francisco promulgou o *motu proprio* “Ad charisma tuendum” e, em 2023, outro *motu proprio* “Sobre a modificação dos cânones 295-296 relativos às prelaturas pessoais”. Estes dois *motu proprio* implicaram a necessidade de adequar os Estatutos às novas disposições. No *Ad charisma tuendum* determina-se que «os Estatutos próprios da Prelatura do Opus Dei serão convenientemente adaptados; com proposta da própria Prelatura, a ser aprovada pelos órgãos competentes da Sé Apostólica».

## **Quem tem competência para modificar os Estatutos do Opus Dei?**

Compete à Santa Sé tanto a modificação dos Estatutos como a introdução de novos preceitos, podendo tal acontecer a pedido do congresso geral do Opus Dei (cf. Estatutos, n. 181). Quando a iniciativa parte da Prelatura, para garantir a segurança jurídica da necessidade dessas alterações, os Estatutos preveem que sejam propostas e ratificadas no decurso de três Congressos Gerais (n. 181, § 3). No contexto atual, sendo a Santa Sé a solicitar a proposta de modificações, não se aplica o procedimento nem os prazos estabelecidos no n. 181, § 3.

## **Qual é o papel do Congresso geral ordinário que teve lugar no final de abril de 2025 relativamente aos Estatutos?**

Por sugestão do Dicastério, a proposta de Estatutos deveria ser apresentada aos congressistas, como informou o Prelado. No entanto, a situação de sede vacante fez com que o Congresso Geral – convocado com oito meses de antecedência – se reduzisse à renovação dos respetivos cargos, como explicou o Prelado na sua mensagem de 21 de abril.

No que diz respeito aos Estatutos, os congressistas deram o seu parecer positivo para que o Prelado – com os seus novos conselhos – pudesse enviar ao Papa, através do Dicastério para o Clero, a proposta que considerasse mais adequada, tendo em conta todas as sugestões já recebidas do Congresso geral

extraordinário de 2023 e da consulta prévia a todos os membros do Opus Dei.

## **Que processo foi seguido para a adequação dos Estatutos e quais serão os próximos passos?**

O processo teve duas etapas. Na primeira, em 2023, realizou-se uma consulta geral a todos os membros do Opus Dei sobre os possíveis ajustes aos Estatutos, à luz do *Ad charisma tuendum*. Com base nessas sugestões, foi preparado um projeto de texto que foi submetido ao Congresso Extraordinário convocado para este efeito por Mons. Fernando Ocáriz, em abril de 2023.

Após a publicação de um segundo *motu proprio* em agosto de 2023 (“*Sobre a modificação dos cânones 295-296 relativos às prelaturas pessoais*”), iniciou-se uma segunda

etapa, para estudar as adequações posteriores. O trabalho consistiu na formação de dois grupos de peritos, um do Dicastério para o Clero e outro da Prelatura do Opus Dei. O *modus operandi* partia de duas premissas: a primeira, a obediência filial às indicações dadas pela autoridade; a segunda, a tutela do carisma do Opus Dei, tal como solicitado pelo Papa Francisco na introdução de *Ad Charisma Tuendum*.

Após uma série de reuniões de estudo e trabalho entre ambas as partes, a Prelatura apresentou uma proposta de Estatutos com as modificações pertinentes. Desta forma, e após as observações do Dicastério, estava previsto que a proposta final fosse trabalhada no Congresso ordinário. No entanto, devido ao falecimento do Papa Francisco, a tarefa do Congresso reduziu-se à realização das nomeações correspondentes. Uma

vez eleito o Papa Leão, prosseguindo o processo como previsto, o Prelado, com os seus novos conselhos centrais, concluiu a preparação da proposta de Estatutos, que foi apresentada à Santa Sé a 11 de junho. O passo seguinte está agora nas mãos das autoridades da Sé Apostólica.

## **Será dada alguma informação sobre os Estatutos proximamente?**

Uma vez aprovados os Estatutos pela Santa Sé, será disponibilizado no site o texto dos Estatutos modificados, acompanhado de informação detalhada. Como é compreensível, a Prelatura, entretanto, não poderá divulgar pormenores enquanto os Estatutos não forem aprovados pelo Papa, que é o legislador competente. Por conseguinte, não está prevista qualquer comunicação pública sobre a proposta final de modificação dos

Estatutos por parte do Opus Dei, mas serão deixados inteiramente nas mãos da Santa Sé.

## **Que importância tem o aspeto jurídico na vitalidade da instituição?**

A configuração jurídica é relevante em qualquer instituição da Igreja. O Opus Dei pode ser visto a partir de uma dimensão jurídica e também de outra carismática. Uma das finalidades do direito é proteger o carisma e estabelecer as melhores condições para que este frutifique em benefício de toda a Igreja, contribuindo para a evangelização segundo as características próprias do seu carisma.

# **Alguns observadores interpretaram a nova normativa sobre as prelaturas pessoais sob o prisma da redução de influência. Que há de verdade nisso?**

Fizeram esta mesma pergunta ao Papa Francisco num livro-entrevista. E ele respondeu: «Não estou de acordo. Trata-se de uma interpretação tipicamente mundana, alheia à dimensão religiosa. Para já, o Opus Dei – que continua a ser uma prelatura – não foi o único afetado por uma reorganização durante o meu pontificado. Penso, por exemplo, em Comunhão e Libertação, na Comunidade de Santo Egídio e no Movimento dos Focolares. O Opus Dei reportava à Congregação para os Bispos, mas agora passará a fazê-lo à Congregação para o Clero, como

corresponde às prelaturas pessoais. Isto implica que o relatório sobre a sua atividade deixará de ser quinquenal para passar a ser anual. Quanto ao facto de quem estiver à frente da prelatura deixar de ser promovido ao episcopado, a decisão – como claramente indica o decreto – visa reforçar uma forma de governo fundada não tanto na autoridade hierárquica, mas sobretudo no carisma que, no caso do Opus Dei, consiste em procurar a santificação através do trabalho e dos compromissos familiares e sociais» (*El Pastor*, Sergio Rubin e Francesca Ambrogetti, *Ediciones B*, março de 2023).

## **Nas últimas semanas circularam alguns rumores sobre um suposto ultimato e uma carta do Papa Leão XIV. Que há de verdade nisso?**

Relativamente a uma notícia que afirmava falsamente que o Opus Dei tinha recebido uma carta do Papa Leão XIV no âmbito do processo de adequação dos Estatutos, já na altura esclarecemos que isso era falso. O processo seguido para a adequação dos Estatutos decorreu sem interrupções e num constante espírito de confiança e unidade com a Santa Sé. Apenas se decidiu fazer uma breve pausa durante o período de Sede vacante, pelo respeito que o momento merece. Na audiência do Papa Leão XIV com Mons. Fernando Ocáriz, o prelado pôde informar sobre a situação dos Estatutos e a intenção de os apresentar proximamente.

## **Como poderão as eventuais modificações dos Estatutos afetar a vida quotidiana dos membros da Obra?**

Estes aspetos só poderão ser conhecidos quando a Santa Sé publicar a atualização dos Estatutos. No entanto, na vida quotidiana dos seus membros, trata-se precisamente de proteger os aspetos essenciais do carisma.

O *motu proprio* que solicita essas modificações constitui um apelo a tomar consciência da potencialidade do carisma do Opus Dei na missão da Igreja. Como afirmava o Papa Francisco, «de acordo com o dom do Espírito recebido por São Josemaria Escrivá, a Prelatura do Opus Dei, com a orientação do seu Prelado, realiza a missão de difundir o chamamento à santidade no mundo, através da santificação do trabalho e dos

compromissos familiares e sociais». Sendo a própria autoridade da Igreja a recordar esta responsabilidade, os fiéis do Opus Dei sentir-se-ão impelidos a aprofundar cada vez mais este carisma e a discernir, sob a luz do Espírito Santo, como encarná-lo nas novas situações do nosso mundo.

## Outras perguntas e respostas

- Sobre o *motu proprio* *Ad charisma tuendum* (ver [aqui](#))
- Sobre o *motu proprio* relativo às prelaturas pessoais (ver [aqui](#))

.....

pdf | Documento gerado  
automaticamente a partir de [https://  
opusdei.org/pt-pt/article/perguntas-e-  
respostas-estatutos-opus-dei/](https://opusdei.org/pt-pt/article/perguntas-e-respostas-estatutos-opus-dei/)  
(27/01/2026)